

# Primeiro foguetão vai ser lançado em Setembro em Santa Maria

O sul da ilha de Santa Maria, na zona da Malbusca, foi o local escolhido para o lançamento do primeiro foguetão, cuja equipa responsável é composta por estudantes do Instituto Superior Técnico e o primeiro voo acontecerá em Setembro.

O primeiro teste estava agendado para Julho, mas um atraso na produção de certos equipamentos adiou o primeiro lançamento para a primeira semana de Setembro.

Este novo centro de lançamentos será o ponto de partida para os primeiros voos suborbitais em território português.

O recinto conta com cerca de seis mil metros quadrados, com uma zona de lançamento, uma área para manobras de veículos e espaço para todos os contentores com material a utilizar.

Foi uma equipa de estudantes do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa que construiu



o foguetão que, no próximo mês, irá atingir os dez quilómetros de altitude, explica o jornal Público.

Esta missão, a que deram o nome de Gama, servirá como primeiro teste para o novo centro de lançamentos

espaciais.

A equipa de estudantes do Instituto Superior Público, a RED (Rocket Experiment Division), participa normalmente num concurso europeu de lançamento de foguetões universitários

com lançamentos até três quilómetros de altitude.

O teste que foi agora adiado pretende fazer um lançamento de 10 quilómetros, um desafio para a equipa do Instituto Superior Técnico.

No entanto, espera-se que até 2025 já seja possível realizar lançamentos suborbitais, voos que costumam ser usados para testar aeronaves para futuros voos orbitais e que atingem uma altitude superior a 100 km.

O novo centro de lançamentos está, agora, a aguardar pela emissão dos licenciamentos que lhe permitirão ter actividades espaciais, explicou Bruno Carvalho, responsável do ASC, um consórcio entre a consultora Ilex Space e a empresa de construção aeronáutica e aeroespacial Optimal (ambas portuguesas).

O consórcio ASC prevê fazer dois lançamentos suborbitais, com dois fabricantes diferentes, em 2025.

## Abertas as candidaturas ao Estagiar L, T e +

Estão abertas as candidaturas ao programa Estagiar L, T e +, que decorrem em simultâneo para os jovens e para as entidades promotoras até ao dia 31 de Março de 2025.

As candidaturas devem ser submetidas no sítio da internet empregojovem.azores.gov.pt, informa o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

Os estágios iniciam-se entre 1 de Setembro e 30 de Abril nas entidades de natureza privada, no caso do ESTAGIAR L e T, às quais acrescem a Administração Pública, no caso do ESTAGIAR +.

Os estágios têm a duração de 12 meses, incluindo um mês de descanso, podendo ser prorrogados por mais três meses quando realizado nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial e por mais seis meses nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico, Graciosa, Flores e Corvo.

Podem candidatar-se ao Estagiar L jovens recém-diplomados no Ensino Superior, sendo atribuída uma bolsa mensal no valor da remuneração mínima mensal garantida na Região, majorada em 25%.

O Estagiar T destina-se a jovens recém-diplomados em cursos de qualificação profissional, nível IV ou V do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), sendo atribuída uma bolsa mensal no valor da remuneração mínima mensal garantida na Região, majorada em 5%.

Ao Estagiar + podem candidatar-se jovens com qualificação igual ou inferior ao nível III do QNQ, inscritos no Centro de Qualificação e Emprego há mais de três meses, quando estão à procura do primeiro emprego, ou jovens desempregados há mais de seis meses, quando estão à procura de novo emprego, aos quais é atribuída uma bolsa no valor da remuneração mínima mensal garantida



na Região.

Os estagiários do programa ESTAGIAR estão abrangidos pelo Regime de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, iniciando, assim, a sua carreira contributiva para efeitos de protecção social.

O programa ESTAGIAR tem por

objetivo possibilitar aos jovens um estágio profissional em contexto real de trabalho, que promova a sua inserção na vida activa, facilitar o recrutamento e a integração de quadros nas empresas e apoiar a fixação de jovens nas ilhas de menor dimensão.

## PSD saúda “Nascer Mais” e Abono de Família

A deputada do PSD/Açores Nídia Inácio considerou ontem que o alargamento do programa “Nascer Mais” a todos os concelhos da Região e o Complemento Açoriano ao Abono de Família para crianças e jovens “afirmam o pendor social do Governo da Coligação PSD, CDS-PP e PPM”.

A social-democrata lembra que o Governo Regional aprovou a resolução “que alarga a todos os concelhos da Região o ‘Nascer Mais’, programa que apoia recém-nascidos, e que vai assim continuar a estimular a natalidade, visando inverter a tendência de envelhecimento populacional, que se verifica nos Açores e um pouco por toda a Europa”.

Nídia Inácio diz que o “Nascer Mais” tem sido “um importante instrumento para que os jovens decidam constituir ou



alargar a sua família nuclear”, mostrando “resultados muito positivos, mesmo se sabemos que há um longo caminho a percorrer para que os Açores alcancem um equilíbrio intergeracional”.

O “Nascer Mais” foi criado em 2022 e prorrogado em 2023, “tendo em conta o envelhecimento demográfico, mesmo a consequente desertificação de algumas zonas do arquipélago. Atribui um apoio financeiro não reembolsável às crianças, que se destina ao seu bem-estar no primeiro ano de vida, através de produtos adquiridos em farmácias”, explica a parlamentar.

Nídia Inácio referiu igualmente, ontem, que “mais de 30 mil jovens e crianças dos Açores começaram a receber o Complemento ao Abono de Família, que foi aumentado em 10%, num investimento total de cerca de 1,5 milhões de euros”.

“Trata-se de um medida incluída no Orçamento da Região, com esse aumento de 10% a abranger todos os escalões dos beneficiários daquele apoio, que é

um acréscimo pecuniário para os titulares do Abono de Família residentes nos Açores, e que visa compensar os encargos familiares respeitantes às despesas com o sustento e a educação dos mais novos”, adianta.

Nídia Inácio esclarece que, “embora os titulares do Complemento ao Abono de Família sejam crianças ou jovens, o apoio é recebido pelos pais, tutores ou instituições. Isso acontece com uma periodicidade semestral, sendo processado duas vezes por ano”.

A deputada do PSD/Açores reforça que “estas e outras medidas importantes e diferenciadoras afirmam o pendor social do Governo da Coligação, cujo enfoque de atuação tem sido melhorar a vida das pessoas, num compromisso transversal a todas as idades e estratos sociais”, conclui.